

EDITAL PARA A ESCOLHA DISCENTE EM *FIELD PROJECTS* DA GRADUAÇÃO

O CURSO DE GRADUAÇÃO DA FGV DIREITO RIO comunica ao corpo discente a abertura do processo de escolha em *Field Project*, nos termos a seguir:

**1. Das matrículas**

1.1 As matrículas nas disciplinas de *Field Project* devem ser feitas por meio do aluno on-line, conforme os prazos definidos no calendário acadêmico.

**2. Das escolhas**

2.1 – A escolha discente deverá ser feita por meio do link [field project](#), de 25 a 28 de julho de 2022.

2.2 – Cada discente deverá indicar 3 opções de projetos por ordem de preferência, dentre a relação exposta, no ANEXO I deste edital.

2.3 O plano de trabalho de cada projeto pode ser acessado por meio do link <https://diretorio.fgv.br/grade-curricular-graduacao>, em ‘Programa de *Field Project*’.

2.4 – A composição do *field project* respeitará as quantidades mínima e máxima informadas, no anexo deste edital.

2.4.1 – A participação em mais de um *field project* poderá ser acolhida apenas se houver vagas remanescentes no projeto indicado.

2.4.2 – O pré-requisito informado no ANEXO deste edital deverá observado para a escolha de *field projects*, item 2.2.

2.5 – O CR acumulado e a classificação no vestibular, nos semestres de ingresso no 1º período, servirão como critérios de desempate, no caso das escolhas ultrapassarem a quantidade máxima indicada para a composição do *field project*.

2.6 – Em caso de empate de CR, a vaga será atribuída à(ao) discente com matrícula mais antiga.

2.7 – Se o empate se mantiver, prevalecerá a ordem de inscrição.

Rio de Janeiro, 21 de julho de 2022.



**Thiago Bottino**  
Coordenador de Graduação

ANEXO I – QUADRO DA OFERTA DE *FIELD PROJECT* (FP)

Nº	FP / PROBLEMA / OBJETIVO / PRODUTO	SUPERVISÃO	PÚBLICO-ALVO	REQUISITO	COMPOSIÇÃO	
					MIN	MÁX
-	<p><b>ASSOCIATION OF INTERNATIONAL ENERGY NEGOTIATORS (AIEN) MODEL CONTRACTS WORKSHOP</b></p> <p><b>Problema:</b> Participação em uma simulação de negociação de contratos da indústria de energia no congresso internacional 2022 Model Contracts Workshop da AIEN.</p> <p><b>Objetivo:</b> Adquirir técnicas de oratória e negociação, analisar os diferentes contratos da indústria de energia e sua relação com outros setores da economia. Refletir sobre segurança contratual de contratos internacionais.</p> <p><b>Produto:</b> Além da participação no evento e simulação de negociação com a equipe adversária, os alunos irão desenvolver um relatório sobre o congresso com a possibilidade de entrar em contato com os palestrantes e convidados.</p>	MARIA BEATRIZ MENDES GOMES	ASSOCIATION OF INTERNATIONAL ENERGY NEGOTIATORS (AIEN) – INTERFACE COM NORMAN NADORFF (ORGANIZADOR DO EVENTO)	PRÉ-SELEÇÃO DISCENTES; DOMÍNIO DA LÍNGUA INGLESA	6	10
1	<p><b>ARBITRAGEM SOCIETÁRIA: ESTUDOS &amp; AÇÃO</b></p> <p><b>Problema:</b> A necessidade aproximação entre as discussões teóricas em matéria de direito societário contribuindo para a formação prática dos(as) discentes interessados(as) em seguir carreira na advocacia privada, com foco especial em resolução de conflitos empresariais e societários.</p> <p><b>Objetivo:</b> Fomentar o diálogo e a interação entre os estudos dos tipos societários realizados e a experiência prática da Câmara FGV na resolução de conflitos societários. E assim, capacitar os integrantes tanto para atuação na resolução extrajudicial de conflitos, quanto na possível atuação futura em procedimentos arbitrais conduzidos perante a Câmara FGV.</p> <p><b>Produto:</b> Organização e realização de uma simulação de arbitragem na Câmara de Mediação e Arbitragem da Fundação Getulio Vargas envolvendo um caso prático de litigância em matéria de direito societário que seja inspirado em fatos reais decorrentes da prática da Câmara FGV.</p>	KARINA RICCIO	PARCERIA E INTERFACE DIRETA COM A CÂMARA DE MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS	ABERTO PARA TODO O CORPO DISCENTE	6	10
2	<p><b>BLOG DE DIREITO INTERNACIONAL: EU-SOUTH AMERICA GLOBAL GOVERNANCE BLOG</b></p> <p><b>Problema:</b> O presente Field Project objetiva integrar a tecnologia no ensino jurídico, com enfoque no campo do Direito Internacional democratizando o acesso a discussões travadas a nível global sobre temas relevantes do Direito Internacional, além de engajar estudantes e demais atores da comunidade acadêmica no diálogo. Para tanto, eleger-se o método de 'blogging', que permite aos alunos interconectarem habilidades de diversas searas do conhecimento, para além do direito – tais como programação, gestão de conteúdo e exercício de 'design thinking'.</p> <p><b>Objetivo:</b> Lançar uma plataforma permanente sobre Direito Internacional que democratize conteúdos e engaje atores da comunidade acadêmica em discussões travadas a nível global.</p> <p><b>Produto:</b> Blog de Direito Internacional do Centro de Excelência Jean Monnet da FGV, com conteúdos relacionados às duas principais linhas de pesquisa do Centro de Excelência: Regulação Internacional e Litigância Internacional. Busca-se o apoio da FGV no custeio da manutenção do domínio hospedeiro do blog e de suas demais operacionalidades técnicas.</p>	PAULA WOJCIKIEWICZ ALMEIDA E GIULIA TAVARES ROMAY	COMUNIDADE ACADÊMICA, ALUNOS, PROFESSORES E PESQUISADORES EM DIREITO INTERNACIONAL	ABERTO PARA TODO O CORPO DISCENTE	6	10
3	<p><b>BLOG DE SOCIETÁRIO, MERCADO DE CAPITAIS E INSOLVÊNCIA</b></p> <p><b>Problema:</b> N/A.</p> <p><b>Objetivo:</b> Aproximar os discentes de temas atuais e relevantes de direito empresarial e insolvência através do desenvolvimento do blog.</p> <p><b>Produto:</b> Blog de direito empresarial e insolvência com contribuições de alunos, ex-alunos, professores e especialistas no tema.</p>	FELIPE MORALES E GUSTAVO SANTANA	COMUNIDADE JURÍDICA NACIONAL	ABERTO PARA DISCENTES A PARTIR DO 4º PERÍODO	6	10

4	<p><b>CIBERDEMOCRACIA: DEMOCRACIA E NOVAS TECNOLOGIAS</b>  <b>Problema:</b> As novas tecnologias da informação e da comunicação têm sido definidoras do acesso dos cidadãos aos espaços de relação com o Estado (vínculos sociedade-estado). A expansão do acesso à internet e a publicização de atos estatais em canais digitais têm definido o uso de dispositivos tecnológicos nas práticas democráticas. Contudo, como tem se dado esse acesso?  <b>Objetivo:</b> Partindo da análise da territorialização do acesso à internet e do mapa de inclusão digital da cidade do Rio de Janeiro (Coord. Marcelo Neri, Rio de Janeiro: FGV, 2012), o objetivo deste projeto é investigar como tem se dado as interfaces entre população, território e novas tecnologias no campo democrático.  <b>Produto:</b> Produção de uma Padlet, que compreenda imagens, mapas, gráficos e textos sintéticos, de forma a consolidar os resultados dos dados estatísticos e reflexões teóricas sobre as interfaces entre as novas tecnologias da informação, especialmente o acesso à internet, e as relações entre a sociedade e o Estado no campo democrático, considerando o contexto da cidade do Rio de Janeiro.</p>	TAIANA DE CASTRO SOBRINHO	AGÊNCIAS REGULADORAS DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E PODER EXECUTIVO MUNICIPAL	ABERTO PARA TODO O CORPO DISCENTE	6	10
5	<p><b>CONECTANDO JOVENS AO MERCADO DE TRABALHO – REAÇÃO CONECTA</b>  <b>Problema:</b> O Programa Reação Conecta aborda diversos temas relacionados ao mercado de trabalho, desde a sua compreensão, preparação dos jovens para entrevistas até a inserção de fato em uma oportunidade de trabalho. O presente Field terá como problema central a produção de conteúdo através de vídeos para contribuir com a compreensão acerca de relevantes aspectos como a legislação trabalhista e as etapas para ingresso no mercado de trabalho.  <b>Objetivo:</b> Através da produção de vídeos para o projeto Reação Conecta, este projeto visa integrar os estudantes de direito a realidades e ações práticas de relevância em nossa sociedade, permitindo o desenvolvimento de habilidades como comunicação, iniciativa, compreensão contextualizada das questões sociais, poder de síntese, entre outras.  <b>Produto:</b> Elaboração de material, em formato de vídeo, de modo a contribuir com o projeto executado no âmbito do Reação Conecta.</p>	PEDRO D'ANGELO DA COSTA	PROGRAMA REAÇÃO CONECTA – INSTITUTO REAÇÃO	ABERTO PARA TODO O CORPO DISCENTE	6	10
6	<p><b>CRIMINALIDADE ESTATAL: teoria e atualidades</b>  <b>Problema:</b> Em um termo cunhado como "Crimes do Estado", há um poder público - o Estado – que prejudica ilegalmente seu povo, tornando sua população as vítimas de seus próprios governos. O estudo dos crimes estatais envolve o exame de processos e comportamentos cometidos por agentes e organizações que são socialmente aceitos e politicamente poderosos (Barak, 1991, p. 4, 5 e 7), como é o caso de agentes policiais, em especial durante as operações policiais, como em áreas de comunidade, como ocorre no Rio de Janeiro.  Ao entender a definição de crimes estatais no âmbito de operações policiais, é possível apresentar casos concretos para analisar os aspectos e singularidades para elaborar um panorama geral dessas operações. Para esse fim, no que tange à criminalidade estatal, serão apresentados aos estudantes o tema geral para especificar as operações policiais, de modo a elaborar um panorama dessas, de modo que se possa demonstrar como a criminalidade de Estado no Rio de Janeiro é manifestada através das operações.  <b>Objetivo:</b> Possibilitar aos estudantes as ferramentas para compreensão do que é a criminalidade estatal, no âmbito principal das operações policiais no Rio de Janeiro, e poder repassar ao público-alvo suas principais características, problemáticas e formas que podem vir a minimizar sua ocorrência.  <b>Produto:</b> Elaboração de cartilha buscando apresentar as problemáticas envolvendo a criminalidade estatal e um panorama das operações policiais no Rio de Janeiro para repassar para representantes de instituições públicas e de organizações sociais de direitos humanos, políticos, comunidade jurídica e sociedade civil.</p>	ISABELLA MARKENDORF MARINS	REPRESENTANTES DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DE DIREITOS HUMANOS, COMUNIDADE JURÍDICA, POLÍTICOS E SOCIEDADE CIVIL	ABERTO PARA TODO O CORPO DISCENTE	6	10
7	<p><b>DE GRAVATA NA RODA DE RIMA: CONCIENTIZAÇÃO E ACESSO AO DIREITO PELA PEDAGOGIA DO RAP</b>  <b>Problema:</b> Parte da população desconhece seus direitos e as vias de acesso a políticas públicas da qual são público alvo. O Field pretende ampliar o acesso de populações marginalizadas aos seus direitos por meio da conscientização através da pedagogia do RAP.</p>	GABRIELA CARUSO	ESTUDANTES DA FGV DIREITO RIO	ABERTO PARA TODO O CORPO DISCENTE	6	10

	<p><b>Objetivo:</b> Desenvolver habilidades artísticas, de oratória, de uso da voz, de uso do corpo, raciocínio rápido que permitam que os estudantes atem na ampliação do acesso aos direitos a populações marginalizadas/leigas.</p> <p><b>Produto:</b> Uma apresentação ao vivo no formato de uma batalha de rima ou formato SLAM.</p>					
8	<p><b>DIREITO À MORADIA: POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RISCO HABITACIONAL NO RIO DE JANEIRO</b></p> <p><b>Problema:</b> O direito à moradia consiste em um direito humano fundamental e numa garantia constitucional. Contudo, são frequentes os episódios de sua violação para determinados segmentos sociais (sobretudo residentes em favelas e ocupações urbanas), sendo a terra urbana um objeto de permanente disputa por parte de diferentes atores sociais no contexto das grandes cidades. Tendo em vista este cenário e a crise da habitação no Rio de Janeiro, é fundamental a proposição de reflexões acerca de indicadores que traduzam as dinâmicas urbanas e habitacionais, especialmente a composição do déficit habitacional. O contexto da pandemia de Covid-19 aprofundou as desigualdades sociais na cidade e agravou a situação de crise habitacional, o que culminou no despejo de diversas famílias (CAMPANHA DESPEJO ZERO, 2021). Diante desta conjuntura, surge a seguinte questão: quem atualmente integra o déficit habitacional no Rio de Janeiro?</p> <p><b>Objetivo:</b> Partindo da análise de dados produzidos por órgãos e entidades tais como Instituto Pereira Passos (IPP), IBase, Casa Fluminense e CAU-RJ, o objetivo deste projeto é propor uma reflexão crítica acerca dos indicadores envolvendo o déficit habitacional no estado do Rio de Janeiro, de transversalizada ao histórico de programas habitacionais, à questão dos vazios urbanos e das alternativas do morar encontradas pela população fluminense.</p> <p><b>Produto:</b> Produção de uma cartilha interativa que traduza de forma acessível os indicadores que compõem o déficit habitacional fluminense, tais como renda média, composição familiar, gênero, faixa etária e raça.</p>	TAIANA DE CASTRO SOBRINHO	PODER EXECUTIVO, LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO ESTADUAL	ABERTO PARA TODO O CORPO DISCENTE	6	10
9	<p><b>DIREITOS HUMANOS NA MODERAÇÃO DE CONTEÚDO ONLINE</b></p> <p><b>Problema:</b> Plataformas digitais possuem capacidade autorregulatória sobre as redes sociais e as regras de moderação de conteúdo, influenciando diretamente a disseminação de discurso, afetando a liberdade de expressão e o exercício de outros direitos fundamentais online. Desde 2018, plataformas disponibilizam publicamente suas diretrizes e políticas de comunidade, em que divulgam suas regras para moderação de conteúdo, explicando que tipo de conteúdo é, ou não, tolerado no ar. Por outro lado, também sofrem críticas e denúncias de promoverem diretamente, ou permitirem a propagação de atividades que firam esses direitos, seja através de censura, ou da recomendação de conteúdos potencialmente danosos (e.g. discurso de ódio, assédio online, conteúdo terrorista). Enquanto entidades privadas, plataformas digitais sofrem de uma falta de legitimidade democrática para tomar decisões e criar regras sobre o exercício de direitos fundamentais. Cabe indagar se, e como, na formulação de suas regras de autorregulação, as plataformas têm seguido as previsões dos princípios regulatórios sobre direitos fundamentais.</p> <p><b>Objetivo:</b> 1) Como as plataformas têm aplicado suas políticas de comunidade de modo a proteger direitos fundamentais? e 2) Suas políticas de comunidade estão de acordo com as diretrizes internacionais de regulação de moderação de conteúdo?</p> <p><b>Produto:</b> Nota técnica analisando como as diretrizes e políticas de comunidades das redes sociais se adequam às previsões de proteções de direitos humanos presentes nos padrões internacionais de melhores práticas de moderação de conteúdo.</p>	CLARA LEITÃO DE ALMEIDA	FORMULADORES DE POLÍTICAS SOBRE PLATAFORMAS DIGITAIS (REGULADORES OU LEGISLADORES), PESQUISADORES E USUÁRIOS DE REDES SOCIAIS.	ABERTO PARA TODO O CORPO DISCENTE	6	10
10	<p><b>DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E A MODERNIZAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO</b></p> <p><b>Problema:</b> O consumidor será realmente beneficiado com a proposta de reforma legislativa de modernização do setor de energia elétrica?</p> <p><b>Objetivo:</b> Identificar os benefícios e os desafios que o PL n° 414/2021 apresenta aos consumidores.</p> <p><b>Produto:</b> Ao final do trabalho, será produzido um artigo sobre o tema.</p>	CAMILA SANTIAGO	AGENTES DO SETOR ELÉTRICO, CONSUMIDORES, JURISTAS E ESTUDANTES.	ABERTO PARA TODO O CORPO DISCENTE	6	10
11	<p><b>ELEIÇÕES 2022 – ASPECTOS JURÍDICOS</b></p> <p><b>Problema:</b> Conhecimento das normas eleitorais que regerão as eleições de 2022 e sua interface com a jurisprudência do TSE.</p>	LÍVIA DA SILVA FERREIRA	ELEITORES	ABERTO PARA TODO O	6	10

	<p><b>Objetivo:</b> Permitir ao aluno uma compreensão das regras eleitorais que regerão o pleito de 2022, de forma a poder traduzi-las em linguagem acessível ao público alvo nas redes sociais.</p> <p><b>Produto:</b> Perfil em rede social com a publicação de postagens objetivas e periódicas, contendo explicações sobre regras eleitorais relativas à elegibilidade, propaganda, financiamento, cotas de gênero, permissivos e proibições.</p>			CORPO DISCENTE		
12	<p><b>EMPREENDENDO A 1ª NFT DE COMIDA JAPONESA NO BRASIL</b></p> <p><b>Problema:</b> Encontrar a fórmula perfeita de atrativos para o cliente querer comprar nosso produto.</p> <p><b>Objetivo:</b> Ter um lançamento de sucesso da primeira coleção.</p> <p><b>Produto:</b> Coleção de NFT's do Jappa da Quitanda.</p>	PATRICK SZKLARZ	CLIENTES E FREQUENTADORES DE RESTAURANTES DE COMIDA JAPONESA	ABERTO PARA TODO O CORPO DISCENTE	6	10
13	<p><b>ESTRATÉGIAS PARA VISUALIZAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS QUANTITATIVOS</b></p> <p><b>Problema:</b> É necessário facilitar o desenvolvimento de relatórios que envolvem dados quantitativos como os de acompanhamento de ex-alunos e explorar plataformas para unificar informações sobre a comunidade Alumni.</p> <p><b>Objetivo:</b> Analisar os dados sobre a comunidade Alumni da FGV Direito Rio e apontar procedimentos para a divulgação das informações por meio do uso do PowerBI, Padlet, Instagram entre outras ferramentas.</p> <p><b>Produto:</b> Relatório com visualizações quantitativas com o PowerBI, estratégias de contato com a comunidade Alumni.</p>	KALINE GOMES SANTOS	EX-DISCENTES DA FGV DIREITO RIO	ABERTO PARA TODO O CORPO DISCENTE	6	10
14	<p><b>FGV BLOG DE ARBITRAGEM</b></p> <p><b>Problema:</b> O FGV Blog de Arbitragem pretende criar um espaço democrático para a publicação de textos sobre arbitragem, suprimindo uma lacuna existente no meio acadêmico que é o espaço para a publicação pelo corpo discente e por aqueles que não possuem mestrado/doutorado, mas que têm grande conhecimento e interesse no assunto. Além disso, é o único editorial brasileiro com publicações semanais e exclusivas sobre arbitragem.</p> <p><b>Objetivo:</b> Por meio de um formato menos tradicional, agregar conteúdo de qualidade, produzido por atores de diferentes meios no campo arbitral, democratizando o acesso à arbitragem. Publicação semanal de posts com até 2.000 palavras.</p> <p><b>Produto:</b> O produto final é o FGV Blog de Arbitragem (<a href="https://www.fgvblogdearbitragem.com.br">https://www.fgvblogdearbitragem.com.br</a>) e seus posts semanais, de até 2.000 palavras. O FGV Blog de Arbitragem, que já publicou 43 textos, mantém mailing que já conta com 134 inscritos e 530 seguidores no LinkedIn.</p>	KARINA RICCIO	COMUNIDADE ARBITRAL	ABERTO PARA TODO O CORPO DISCENTE	6	10
15	<p><b>FILMES E PRIVACIDADE - APRENDENDO PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS A PARTIR DE FILMES</b></p> <p><b>Problema:</b> Pretende-se, neste projeto, explorar de maneira holística as questões sociais, jurídicas e econômicas referentes à privacidade e à proteção de dados. A partir de filmes e documentários, serão conduzidos debates, levantando-se problemas e eventuais mecanismos de proteção (sejam pessoais/de conduta, sejam jurídicos e regulatórios). A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), em vigor há aproximadamente 2 anos, ainda é pouco compreendida pela população e atores de mercado. Assim, faz-se relevante conscientizar a população promovendo um debate amplo, simples e aberto.</p> <p><b>Objetivo:</b> fornecer aos alunos a base necessária para (a) compreender a multidisciplinariedade da matéria; (b) conhecer os problemas relacionados ao tratamento de dados pessoais de forma indiscriminada; (c) compreender e exercer seus direitos; (b) estar apto a representar outros titulares de dados na busca pelos seus direitos; e (c) iniciar uma discussão acerca da efetividade da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).</p> <p><b>Produto:</b> Este projeto de pesquisa dedicar-se-á à promoção e à difusão do conhecimento referente à privacidade e proteção de dados a partir da análise de filmes e documentários. Após os debates, produzir-se-á (a) breve texto (de até 350 caracteres) de conteúdo informacional para cada filme/documentário assistido, e (b) edição de imagem a partir de trechos daquilo que foi exibido, a ser veiculado na conta criada para este Field Project, no Instagram.</p>	NICOLO ZINGALES	ACADEMIA, AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E ASSOCIAÇÕES DE CONSUMIDORES.	ABERTO PARA TODO O CORPO DISCENTE	6	10
16	<p><b>JUDSAUDE: MP E DEFESA COLETIVA DO DIREITO À SAÚDE</b></p> <p><b>Problema:</b> Como garantir proteção judicial ao direito fundamental à saúde, na perspectiva do fortalecimento do SUS, com segurança jurídica e consideração de consequências?</p>	ANABELLE MACEDO SILVA	ÓRGÃOS DO SISTEMA DE JUSTIÇA, ÓRGÃOS	ABERTO PARA TODO O	6	10

	<p><b>Objetivo:</b> Contribuir para formação de profissionais do direito comprometidos com a efetividade do direito fundamental à saúde, com o aprimoramento metodológico de sua concretização e com o fortalecimento do SUS.</p> <p><b>Produto:</b> Para o Sistema de Justiça: minutas de relatórios em inquéritos civis públicos ou ações civis públicas em tramitação. Minutas de iniciais em ações civis públicas. Estudos sobre demandas de saúde apresentadas à Ouvidoria do MPRJ e/ou DP. Minutas de relatórios de reuniões do Comitê Rio do Fórum de Saúde do CNJ, de audiências públicas. Para o Sistema de Saúde: minutas de relatórios para resposta ou expedição de ofícios sobre deficiências de atendimento. Reuniões de apoio a Conselhos Distritais de Saúde, com elaboração de relatórios sobre demandas da comunidade quanto a deficiências de atendimento da rede pública de saúde. Minutas de relatórios e contribuições para o Fórum Perinatal da Região Metropolitana.</p> <p>No campo acadêmico da saúde coletiva : articulações , intercâmbio e contribuição em pesquisas em curso, com o Instituto de Saúde Coletiva/IESC da UFRJ, Escola Nacional de Saúde Pública/ENSP da FIOCRUZ.</p>		DO SISTEMA DE SAÚDE, INICIATIVAS INTERINSTITUCIONAIS DE INTERFACE ENTRE OS SISTEMAS DE SAÚDE E DE JUSTIÇA: ACADEMIA NO CAMPO DA SAÚDE COLETIVA	CORPO DISCENTE		
17	<p><b>MÉTODOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS NA ESFERA PENAL</b></p> <p><b>Problema:</b> O Direito Penal abarca todos os indivíduos inseridos no corpo social, de modo que as problemáticas do cárcere - para qualquer uma das partes - podem vir a acometer qualquer cidadão brasileiro. Para mais, ao se perceber a crise de legitimidade do discurso jurídico-penal, tendo em vista a incapacidade do sistema de administrar conflitos, bem como de tomar as reivindicações das vítimas, cuja importância é negada, inicia-se essa busca por formas de se lidar com os conflitos penais. A justiça restaurativa, por exemplo, não está centrada na lei, na ordem pública ou no acusado, mas propriamente na vítima, fazendo ser questionada a relação entre crime e pena, ao pensar através das perspectivas daquela mediante a justiça restaurativa, a justiça se volta à voz e à visão da vítima, cujo direito de intervenção no processo passa a vir a ser reivindicado, implicando em reconhecê-la, assim como o ofensor, como ator do processo, considerando os pontos de vista do autor e da vítima, em uma mediação que pode vir a ser considerada justiça daquela (CARVALHO ; ANGELO ; BOLDT. 2019, p. 127-129). Nessa toada, quais seriam as possíveis alternativas para a solução de conflitos penais que deem voz às vítimas e possam, no caso do autor, substituir o cárcere, tendo em vista as problemáticas que esse apresenta.</p> <p><b>Objetivo:</b> Compreender os métodos alternativos de soluções de conflitos na esfera penal que não só a prisão, de modo a dar protagonismo às vítimas e possibilitar aos autores alternativas que sejam mais efetivas que o cárcere e apresentar uma base para sociedade para estimular a adesão de métodos alternativos.</p> <p><b>Produto:</b> Elaboração de cartilha sobre problemas do cárcere e apresentação de métodos alternativos para distribuição a representantes de instituições públicas e de organizações sociais voltadas para o âmbito de direitos humanos, comunidade jurídica, da sociedade civil e instituições de ensino.</p>	ISABELLA MARKENDORF MARINS	REPRESENTANTES DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS VOLTADAS PARA O ÂMBITO DOS DIREITOS HUMANOS, COMUNIDADE JURÍDICA, DA SOCIEDADE CIVIL E INSTITUIÇÕES DE ENSINO	ABERTO PARA TODO O CORPO DISCENTE	6	10
18	<p><b>MODERAÇÃO DE DESINFORMAÇÃO ONLINE NO TWITTER NAS ELEIÇÕES DE 2022</b></p> <p><b>Problema:</b> Nesse projeto, procuraremos compreender qual a dimensão do compartilhamento de conteúdo de desinformação nas redes sociais na dinâmica eleitoral nas redes sociais, e qual é a eficácia das medidas que vêm sendo tomadas por plataformas. O foco de análise será o Twitter, a partir de dados públicos de postagem coletados para a pesquisa via sua Application Program Interface (API).</p> <p><b>Objetivo:</b> Analisar as práticas de compartilhamento de desinformação como parte do processo eleitoral nas redes sociais. Nosso foco será analisar o conteúdo de postagem de candidatos nas eleições de 2022 no Twitter, a fim de realizar uma análise do atual estado de moderação de conteúdo, e propor melhorias para orientação de políticas públicas e prática de plataformas online.</p> <p><b>Produto:</b> Relatório para análise do compartilhamento de conteúdo desinformativo no Twitter durante o período de campanha das eleições de 2022. O objeto de análise será de conteúdo selecionado compartilhado por candidatos selecionados. O relatório conterá: (1) mapeamento de normas nacionais e internacionais para regulação e monitoramento de desinformação em plataformas; (2) definição de recorte de candidatos para análise das postagens; (3) análise do conteúdo e engajamento com postagens de candidatos, com foco na análise do impacto de desinformação. O produto vai ser divulgado nas redes sociais do CTS, detalhando as análises realizadas no field. E.g.</p>	KALINE GOMES SANTOS	FORMULADORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS E IMPRENSA	ABERTO PARA TODO O CORPO DISCENTE	6	10



	Quais temas foram mais frequentes dentro de conteúdo de desinformação? O relatório final irá descrever a metodologia aplicada na análise (como as contas foram selecionadas, qual foi o processo utilizado para selecionar posts analisados e classificá-los como desinformação), e os resultados encontrados focando em aspectos quantitativos integrando gráficos e texto para descrição dos resultados.					
19	<p><b>OBJETIVOS DIGITAIS PARA O BRASIL</b></p> <p><b>Problema:</b> A análise de propostas dos candidatos à presidência para solução de problemas, inclusão e demais políticas digitais do país pode nos informar sobre quais são as prioridades dos gestores nesse âmbito. Considerando a possibilidade de que estas propostas sejam esparsas ou não sejam tratadas com a relevância adequada, é de extrema importância a produção de um documento que evidencie quais deveriam ser as prioridades para as políticas digitais no Brasil, a partir da literatura especializada.</p> <p><b>Objetivo:</b> Identificar e comparar propostas de política digital nos planos de governo dos principais candidatos à Presidência da República. A partir da obtenção de tais informações, produzir a cartilha “10 objetivos digitais para o Brasil” derivada da experiência empírica e da literatura especializada.</p> <p><b>Produto:</b> Documento comparando objetivos digitais das campanhas presidenciais nas eleições de 2022 e 2018. Produto será divulgado no site do projeto CyberBRICS.</p>	CLARA LEITÃO DE ALMEIDA	SOCIEDADE CIVIL	ABERTO PARA TODO O CORPO DISCENTE	6	10
20	<p><b>POR UMA TEORIA FEMINISTA DO ESTADO: TRADUZINDO CONCEITOS DE CATHARINE A. MACKINNON</b></p> <p><b>Problema:</b> Grande parte da literatura que compõe o debate nacional e internacional sobre teoria feminista do Direito está publicada em língua estrangeira. Dentre as inúmeras barreiras que estudantes e profissionais encontram, são centrais a língua e o acesso a boas traduções para o português de textos de relevância internacional. Um dos principais nomes da teoria feminista do direito internacional, Catharine A. MacKinnon, inaugurou um campo de estudos já sedimentado, no entanto, são poucas as traduções do seu trabalho para o português. Esse Field busca suprir uma importante lacuna quanto à difusão da obra da autora no país.</p> <p><b>Objetivo:</b> Fazer a leitura da obra mais canônica de Catharine A. MacKinnon, “Toward a Feminist Theory of the State” no original e fazer tradução e revisão para discutir os principais conceitos e as adequações das traduções. Ao final teremos uma versão do livro traduzida e revista, sendo possível a elaboração de resenha para publicação.</p> <p><b>Produto:</b> Tradução de livro e elaboração de resenha.</p>	LIGIA FABRIS	EDITORAS, REVISTAS E PERIÓDICOS INTERESSADAS NA PUBLICAÇÃO, PROGRAMA DIVERSIDADE E ONGS SOBRE A TEMÁTICA.	ABERTO PARA TODO O CORPO DISCENTE; DOMÍNIO DA LÍNGUA INGLESA	6	10
21	<p><b>PRÁTICA JURÍDICA - DIREITO CIVIL - ICI</b></p> <p><b>Problema:</b> Falta de acesso da população ao conhecimento jurídico.</p> <p><b>Objetivo:</b> Oferecer à população brasileira conteúdo qualificado para atender a suas principais demandas cotidianas, bem como capacitar os alunos no sentido de um entendimento amplo do modo mais eficiente e claro de comunicação com a sociedade civil na resolução de demandas jurídicas.</p> <p><b>Produto:</b> Construção de uma base de dados jurídica alimentada com o material produzido pelos alunos, tornando possível o acesso pelos usuários ao conhecimento jurídico a qualquer momento.</p>	GUSTAVO KLOH E LAURA LEITE	SOCIEDADE CIVIL	ABERTO PARA TODO O CORPO DISCENTE	6	10
22	<p><b>PREPARAÇÃO EQUIPE FGV IAMOOT 2023</b></p> <p><b>Problema:</b> A Competição do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, Interamerican Moot Court Competition, conhecida como IAMoot, é organizada pela American University College of Law, de Washington DC, desde 1995. Anualmente, dezenas de universidades do mundo participam da competição, que se divide em uma avaliação escrita e outra oral. Apesar do caso hipotético da competição ser divulgado apenas em dezembro, a preparação de equipes competitivas se inicia muito antes. Para trabalhar com os argumentos das problemáticas jurídicas complexas do caso fictício, é fundamental (a) ter conhecimento básico do funcionamento do sistema interamericano de direitos humanos e (b) estar disposto a desenvolver um memorial escrito e uma apresentação oral dentro do padrão internacional exigido neste tipo de competição. O Calendário da competição prevê a inscrição da equipe e a entrega de parte escrita até março e as rodadas orais em maio de 2023, ambos na língua portuguesa.</p> <p><b>Objetivo:</b> Preparar os estudantes interessados em competições internacionais de julgamento simulado, e, em particular, da Interamerican Moot Court Competition, tanto em sua dimensão substantiva – pela introdução dos</p>	GABRIELA HUHNE PORTO	ESTUDANTES INTERESSADOS EM COMPETIÇÕES INTERNACIONAIS DE JULGAMENTO SIMULADO E, EM PARTICULAR, DA INTERAMERICAN MOOT COURT COMPETITION, ORGANIZADA PELA AMERICAN	ABERTO PARA TODO O CORPO DISCENTE	6	10

	<p>fundamentos do sistema interamericano de proteção aos direitos humanos – como em suas dimensões formais, como a objetividade na argumentação jurídica, a postura e a oratória.</p> <p><b>Produto:</b> (1) resumos de sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos que serão incluídos na base de dados do Padlet de Direito Internacional; (2) composição da equipe da FGV para participar do IAMoot em 2023.</p>		UNIVERSITY COLLEGE OF LAW			
23	<p><b>PRESENTES HOJE E SEMPRE! NOÇÕES DE PUNIÇÃO E JUSTIÇA</b></p> <p><b>Problema:</b> No dia 06 de maio de 2021, os moradores do bairro do Jacarezinho, na região Norte do Rio de Janeiro, ao invés de iniciarem mais uma quinta-feira, foram acordados ao som de tiros e helicópteros policiais. A data ficou marcada como sendo o dia da maior chacina da cidade do Rio de Janeiro, deixando 28 mortos. Apesar de trágicas, essas situações, como as do Jacarezinho, não são raras no cotidiano carioca, afetando os moradores de regiões consideradas violentas e “fábricas de marginais” à luz de uma visão institucionalizada racista e elitista, que faz com que o devido processo legal seja ignorado e a polícia deva buscar “mirar na cabecinha”.</p> <p>O presente trabalho nasce da necessidade de refletir discutir as propostas alternativas de resolução de conflitos de modo mais concreto, sob a ótica dos diretamente afetados pelo cometimento de crimes perpetrados por agentes do Estado, buscando trazer um protagonismo para as vítimas e seus conhecidos, ao abordar as noções de justiça de tais indivíduos e como esses enxergam se o sistema penal brasileiro atende a suas expectativas.</p> <p><b>Objetivo:</b> O presente projeto busca dar visibilidade e destacar a importância das noções de justiça para cada familiar e dar voz a esses, de modo a tentar demonstrar que o método de punição vigente não é necessariamente o mais adequado.</p> <p><b>Produto:</b> Realização de documentário com vítimas de familiares de crimes de Estado e membros de órgãos de Direitos Humanos.</p>	ISABELLA MARKENDORF MARINS	REPRESENTAÇÕES DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS, COMUNIDADE JURÍDICA E SOCIEDADE CIVIL	ABERTO PARA TODO O CORPO DISCENTE	6	10
24	<p><b>SEGUINDO AS TRILHAS: O QUE AS(OS) EGRESSAS(OS) DA FGV-RIO NOS ENSINAM?</b></p> <p><b>Problema:</b> O corpo discente, geralmente, tem muitas pré-concepções e dúvidas sobre a escolha e atuação profissional que podem levar a tomadas de decisão de carreira pouco proveitosas.</p> <p><b>Objetivo:</b> Proporcionar trocas entre diferentes gerações de alunado da FGV-Rio. Para tal empreitada, serão realizadas entrevistas com profissionais de perfis variados: advogadas(os), promotoras(es), professoras(es), defensoras(es), magistradas(os) etc. Assim, será possível concatenar esse processo de escolha profissional com certas dúvidas e incertezas das(os) graduandas(os) sobre as carreiras, sobre escolhas, sobre trajetórias e demais temas presentes no imaginário do corpo discente. Portanto, dar mais ferramentas ao(a) jovem ingressante no percurso acadêmico-jurídico, que abre tantas possibilidades, é o objetivo principal.</p> <p><b>Produto:</b> Podcast com 5 episódios, cada um contemplado as principais áreas do direito, seguindo a classificação da FGV-Rio</p>	JOÃO GABRIEL CALIL DE CARVALHO COURI	PROFISSIONAIS ACADÊMICOS DO CAMPO JURÍDICO E DAS CIÊNCIAS SOCIAIS; PÚBLICO EM GERAL	ABERTO PARA TODO O CORPO DISCENTE	6	10
25	<p><b>UMA DIMENSÃO DO “DIREITO EM AÇÃO”: AS AUDIÊNCIAS JUDICIAIS NA PRÁTICA</b></p> <p><b>Problema:</b> O estudo sobre o direito ainda é muito focado no “direito que consta nos livros”, em detrimento de práticas e atividades que familiarize o corpo discente com o direito em “ação”.</p> <p><b>Objetivo:</b> Associar a inserção num estágio inicial da vida acadêmica da (o) discente no mundo do direito com a realização de um projeto de campo sobre a vida cotidiana nos tribunais, mais especificamente um estudo sobre o momento da audiência e do funcionamento da Justiça na prática. Com isso, a intenção é apresentar o campo jurídico o mais cedo possível ao bacharel em formação de uma forma que haja diálogo entre a dimensão prática e a dimensão crítica.</p> <p><b>Produto:</b> Relatório em forma manual/cartilha, contendo com linguagem descomplicada as diferenças entre o que foi observado pesquisa de campo e é ensinado nos livros. Há a possibilidade de transformar esse produto em um material audiovisual a depender do empenho e interesse dos(as) discentes integrantes. O intuito é olhar para questões sobre a acesso, a publicidade, o desenrolar das audiências e informar os achados ao TJRJ.</p>	JOÃO GABRIEL CALIL DE CARVALHO COURI	PROFISSIONAIS ACADÊMICOS DO CAMPO JURÍDICO E DAS CIÊNCIAS SOCIAIS; PÚBLICO EM GERAL	ABERTO PARA TODO O CORPO DISCENTE	6	10
26	<p><b>VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO BRASIL</b></p> <p><b>Problema:</b> A temática da violência obstétrica ganhou relevo nos últimos anos. Especialmente a partir do estudo</p>	LÍVIA OLIVEIRA LINO	SOCIEDADE CIVIL	ABERTO PARA TODO O	6	10



## Graduação – Edital de escolha discente em *Field Project*

<p>Nascer no Brasil, capitaneado pela Fiocruz, um número cada vez maior de pesquisas, matérias jornalísticas e produções audiovisuais passaram a alertar para os abusos ocorridos contra gestantes em diversos tratamentos médicos, e nos mais diversos períodos da gestação. Entretanto, a violência obstétrica ainda não é normatizada em âmbito federal no Brasil. No momento, o assunto é tratado em tribunais e em discussões legislativas nas diversas esferas federativas.</p> <p><b>Objetivo:</b> Objetiva-se construir um arcabouço de pesquisa jurisprudencial e legal que torne possível desenhar uma legislação ampla o suficiente para proteger as pessoas gestantes e garantir uma gestação e puerpério que não viole direitos fundamentais.</p> <p><b>Produto:</b> Projeto de Lei a ser apresentado na Câmara dos Deputados.</p>			CORPO DISCENTE		
---	--	--	-------------------	--	--